

NOTAS SOBRE A LITERATURA RECENTE EM CRESCIMENTO E DESIGUALDADE*

*André Albuquerque Sant'Anna***

RESUMO Este artigo pretende elaborar uma resenha da literatura recente sobre crescimento econômico e desigualdade. Argumenta-se que, embora tenha introduzido questões relevantes para a compreensão do tema, o desenvolvimento recente de pesquisas nessa área peca ao não levar em conta o princípio da demanda efetiva. Com isso, são focados apenas os benefícios provenientes de uma redução na desigualdade sobre a capacidade de oferta de uma economia, sem considerar que uma melhoria distributiva pode gerar benefícios ao crescimento por meio de uma ampliação do nível de demanda efetiva.

Palavras-chave: crescimento; distribuição; desigualdade

Códigos JEL: O40; D30

NOTES ON THE RECENT LITERATURE ON GROWTH AND INEQUALITY

ABSTRACT This article intends to elaborate a review of the recent literature that relates economic growth and inequality. It is argued that the recent neoclassical theoretical developments privileges those benefits derived from a reduction in the inequality, solely from the perspective of supply conditions. Thus, it lacks for not taking into account the effects of redistribution on the demand side and the derived economic growth.

Key words: growth; distribution; inequality

* Artigo recebido em 21 de maio de 2003 e aprovado em 14 de outubro de 2004. O autor agradece os comentários de Carlos E. F. Young, José R. Tauile, Antônio J. Alves Júnior, Filipe Campante e dos pareceristas anônimos da *Revista de Economia Contemporânea*.

** Economista do BNDES. Avenida Chile, 100, 18 ° andar, CEP 20031-917, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e-mail: andre.santanna@bndes.gov.br

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, na literatura *mainstream*, a discussão sobre aspectos distributivos exerceu um papel apenas periférico. Isto se deve ao fato de eficiência e equidade serem independentes quando os mercados são completos. Desse modo, uma dada distribuição de riqueza gera um equilíbrio específico e, portanto, qualquer consideração sobre desigualdade deveria pautar-se sobre a redistribuição daquela.¹ Ainda assim, os argumentos para uma redistribuição da riqueza seriam apenas morais, uma vez que tal atitude levaria a um novo equilíbrio geral, sem impacto sobre a eficiência alocativa da economia.² Conforme afirma Arrow (1974, p. 255):

(...) Pareto efficiency in no way implied distributive justice. An allocation of resources could be efficient in a Pareto sense and yet yield enormous riches to some and dire poverty to others.

Nessa concepção, desigualdade, tanto de renda quanto de riqueza, não afeta a eficiência econômica que, transposta para um contexto dinâmico, seria traduzida numa relação análoga com o crescimento. Nesse sentido, a seção 1 expõe a relação entre distribuição e crescimento a partir do modelo de Solow (1956) e mostra que, sob esse arcabouço, há uma tendência à equalização da riqueza e, por conseqüência, da renda no longo prazo.³

Cumprir destacar que a hipótese de mercados de capitais perfeitos e completos é essencial para a validade daquele resultado, visto que é este suposto que garante a existência de um preço único — e dado — para cada mercado e que cada indivíduo possa ter acesso ao montante de capital necessário para que a remuneração desse fator seja igualada para todos os agentes.⁴ De outro passo, violada essa hipótese, surge espaço para uma relação negativa entre desigualdade e crescimento, pois as possibilidades de produção de um agente passam a ser influenciadas pela sua riqueza inicial. Logo, quando há algum tipo de imperfeição de mercado, a distribuição inicial da riqueza passa a ser um fator determinante para o crescimento econômico. A seção 2 apresenta os principais modelos que relacionam distribuição e crescimento a partir de uma imperfeição em algum mercado de capital.

Há ainda uma outra abordagem que busca explicar teoricamente o porquê de uma relação negativa entre desigualdade e crescimento na literatura recente.⁵ Trata-se de um argumento que procura racionalizar a atividade

governamental. Uma maior desigualdade levaria o eleitor mediano a preferir governos voltados para os seus anseios, levando portanto a altas taxas sobre os mais ricos, o que, por sua vez, geraria grandes distorções produtivas. Tal política geraria ineficiências, de modo a reduzir os incentivos a poupar, o que levaria a um menor crescimento econômico (cf. Bénabou, 1996; Bourguignon, 2002). A seção 3 apresenta os principais desenvolvimentos nessa linha de pesquisa. A seção 4 apresenta de forma breve a relação entre crescimento e distribuição na teoria de Kalecki.

Na seção 5 são feitas as considerações finais. Mostra-se ainda que, muito diferentes, a corrente de economia política⁶ e a de imperfeições nos mercados de capitais possuem um ponto em comum: compartilham a hipótese de que é a renda que determina os gastos. Desse modo, ainda que com explicações diferentes, o canal pelo qual uma redistribuição afetaria o crescimento econômico passa necessariamente pelo aumento da eficiência produtiva da economia. Não há, portanto, nessas abordagens espaço para uma análise dos efeitos de uma redistribuição sobre o perfil da demanda.

É nesse ponto que aparece a relevância da contribuição de Kalecki. Não se trata de negar a importância dos aspectos distributivos para as condições de oferta, mas sim de reconhecer a importância dos mesmos para a demanda, tendo em vista que, pelo princípio da demanda efetiva, são os gastos que determinam a renda.

1. DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO NO MODELO DE SOLOW⁷

A teoria tradicional do crescimento é, via de regra, associada ao modelo proposto por Solow (1956). Nesse trabalho, o autor pretendia oferecer uma solução para os problemas de ausência de pleno emprego e instabilidade decorrentes do modelo de Harrod (1939). Para tal, Solow toma como hipóteses básicas a existência de mercados competitivos de fatores e funções de produção com perfeita mobilidade dos fatores e retornos constantes à escala.⁸

Com base nessas duas hipóteses, o problema (da ausência) do pleno emprego é, desde logo, eliminado. Visto que a premissa de mercados perfeitos de fatores implica que os preços daqueles são dados, as firmas, ao procurarem maximizar seus lucros, deverão contratar capital e trabalho até o ponto

em que as respectivas produtividades marginais se igualem aos respectivos preços dos fatores. Não é difícil compreender o porquê de tal comportamento. Caso o produto marginal fosse maior do que o custo, haveria incentivo a se contratar mais unidades marginais do fator e ainda se obteriam lucros.⁹ No caso oposto, a redução na quantidade utilizada do fator também levaria a um incremento nos lucros da empresa. Sendo assim, tem-se que a taxa de salário w deve se igualar à produtividade marginal do trabalho e o retorno do capital r deve ser igual à produtividade marginal do capital.¹⁰

Note-se, todavia, que tal resultado é válido apenas com a possibilidade de substituição entre capital e trabalho, visto que, caso contrário, os produtos marginais não poderiam ser definidos.

Em virtude da hipótese de a função de produção ser homogênea linear, a renda de cada indivíduo pode ser traduzida por

$$y_i = w + rk_i, \quad (1)$$

onde y_i é a renda do indivíduo i e k_i é o estoque de riqueza de i . Assumindo-se, em adição às hipóteses supracitadas, que os indivíduos poupam uma fração constante da sua renda, pode-se provar que, no longo prazo, a distribuição tende a se tornar igualitária (Stiglitz, 1969).

Se, no entanto, houver uma não-linearidade no retorno do capital, o resultado do modelo de Solow-Stiglitz não é mais válido (Bourguignon, 2002). Nesse caso, uma melhor distribuição de riqueza seria mais produtiva para o crescimento econômico. É disso que trata a literatura sobre desigualdade e mercados imperfeitos de capital.

2. DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO COM MERCADOS DE CAPITAIS IMPERFEITOS

Os modelos da literatura que relacionam eficiência e distribuição por meio de imperfeições nos mercados de capital buscam formalizar uma idéia antiga e presente no senso comum: pessoas pobres não conseguem tomar emprestado e, por isso, não conseguem realizar plenamente seu potencial produtivo.¹¹ Em virtude disso, a desigualdade surge como um fator de restrição ao crescimento, uma vez que é responsável por oportunidades de investimento não exploradas (Bourguignon, 2002). É importante destacar que o

propósito desta seção é apresentar em linhas gerais as principais idéias presentes nessa literatura.

Conforme foi argüido na seção anterior, na teoria tradicional do crescimento, mercados perfeitos de fatores constituem uma hipótese importante, que garante a independência do crescimento com relação a aspectos distributivos, além do pleno emprego e da estabilidade do resultado. Se, contudo, aquele suposto não for mais válido, as possibilidades de produção podem variar ao longo da distribuição de riqueza (Piketty, 1997). Tal fato pode decorrer, por exemplo, de alguns agentes não terem acesso a crédito para investir em uma atividade produtiva. Num cenário desses, quanto maior a proporção de indivíduos pobres e, portanto, quanto pior for a distribuição de riqueza, mais potencial produtivo estará sendo desperdiçado, resultando numa perda de eficiência.¹² Num contexto dinâmico, uma maior desigualdade levaria, pois, a um menor crescimento econômico (Ferreira, 1999).

Ainda que cada modelo apresente diferentes estratégias para traçar a relação entre imperfeição nos mercados de capitais e eficiência, é possível apresentar em linhas gerais aquelas que podem ser consideradas as principais características dessa literatura. O modelo de Galor e Zeira (1993) pode ser considerado um dos pioneiros e, ademais, um modelo típico, a partir do qual podem-se identificar as principais idéias dessa corrente.

Nesse modelo, considera-se uma economia com indivíduos “idênticos”, com exceção do seu estoque inicial de riqueza. Assume-se ainda — o que para esses autores são supostos fundamentais para os resultados do modelo — uma imperfeição no mercado de crédito, pela existência de *moral hazard* (Risco Moral), e uma não-convexidade na tecnologia de produção.

Em geral, a suposição de não-convexidade do conjunto de produção é a forma utilizada para formalizar as diferenças nas oportunidades de produção ao longo da distribuição de renda. A idéia é que haja um nível mínimo requerido de investimento para se ter acesso à atividade produtiva.

Com relação ao outro suposto fundamental, pode-se tratar a imperfeição no mercado de capitais de diversas formas. Galor e Zeira (1993) assumem a existência de *moral hazard* quanto ao repagamento de empréstimos, gerando um *spread* entre a taxa de juros paga pelos tomadores e a enfrentada pelos emprestadores ao captarem recursos. Uma modelagem alternativa é proposta por Banerjee e Newman (1993), que focam na exigência de cola-

terais, em resposta ao problema de *moral hazard*. Aghion e Bolton (1997), assim como Piketty (1997), também centram sua análise sobre a imperfeição no mercado de crédito em decorrência do problema acima, lançando o foco sobre a taxa de juros. Contudo, diferentemente de Galor e Zeira, geram um resultado no qual a taxa de juros é determinada endogenamente a partir da oferta e demanda de capital. De fato, conforme arrazoam Piketty (1997) e Bertola (2000), não importa a microeconomia por trás da falha de mercado, desde que ela exista.¹³

Nesse sentido, qualquer que seja a falha de mercado, dela resulta um equilíbrio no qual uma parcela da população não investe nos setores mais produtivos da economia, posto que sejam “idênticos” aos demais, pelo simples fato de não ter riqueza suficiente para transpor os problemas gerados pela imperfeição de mercado. Assim, indivíduos pobres são impossibilitados de atuar em atividades mais produtivas, em virtude da restrição de liquidez a eles imposta decorrente da imperfeição no mercado de crédito (Ferreira, 1999).¹⁴ No *paper seminal*, por exemplo, de Banerjee e Newman (1991), em virtude de *moral hazard* na produção, um seguro total contra riscos idiossincráticos seria *worst off*. Portanto, os contratos em um mercado de capitais competitivos envolvem seguros parciais e a economia converge para uma distribuição de riqueza na qual há uma “armadilha de pobreza”.

Até o momento, o suposto de não-convexidade dos conjuntos de produção parece, como afirmam Galor e Zeira (1993, p. 44), “crucial para os principais resultados da teoria”. No entanto, Piketty (1997) demonstra que esse suposto não é essencial para as conclusões da teoria. O autor considera um modelo de Solow, porém com racionamento de crédito ao estilo de Aghion e Bolton (1997). Dessa configuração, Piketty obtém um resultado de múltiplos *steady states* e uma associação negativa entre desigualdade e eficiência. Piketty (1997) estabelece que o suposto essencial dessa teoria é precisamente o de mercados de capitais imperfeitos.

Em suma, conforme salientam Bertola (2000) e Bourguignon (2002), a configuração básica desses modelos consiste em uma imperfeição no mercado de crédito, que gera uma não-linearidade na acumulação de capital. Desse modo, como assinala Bertola (2000), o retorno do capital passa a depender da riqueza de cada indivíduo. No caso de a relação entre o retorno do capital investido e a riqueza individual ser positiva, a desigualdade tende

a ser crescente. Desse modo, uma redistribuição que possibilite mais indivíduos a investirem será benéfica para o crescimento econômico.

Da literatura sobre desigualdade e eficiência via imperfeições nos mercados de capitais, podem-se extrair importantes conclusões. Em primeiro lugar, mostra-se que há uma relação entre desigualdade e eficiência econômica, sendo este o principal intuito dessa abordagem. Em segundo lugar, mostra-se que a desigualdade pode persistir, e até crescer, num ambiente com indivíduos idênticos, com exceção da riqueza inicial. Em alguns casos, há a possibilidade de ocorrência de “*poverty traps*”.

Não obstante o suporte empírico que essa literatura encontra (cf. Bénabou, 1996), vale notar que ela não esgota as possibilidades de explicações para uma possível relação negativa entre desigualdade e crescimento mesmo dentro da literatura neoclássica. O resultado das decisões sobre taxações e redistribuição tem efeito sobre a eficiência econômica. Com base nisso, alguns autores decidiram explorar essa vertente da relação entre desigualdade e crescimento.

3. ESCOLHA POLÍTICA, TRIBUTAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO E O CRESCIMENTO

Na última década, houve um ressurgimento das questões sobre desigualdade e, em especial, das suas relações com o desempenho econômico na literatura *mainstream*.¹⁵ A literatura que procura relacionar o processo político com redistribuição e desempenho econômico constitui uma das formas de se tratar esse problema. Contudo, por ser bastante vasta e heterogênea, não se pretende elaborar, nesta seção, uma resenha extensiva. O propósito é apenas apresentar os elementos gerais, sem discutir detidamente cada modelo, ainda que isso signifique perder pontos interessantes, porém específicos de cada abordagem.¹⁶

Normalmente, é comum assumir que um planejador social benevolente, que busca maximizar o bem-estar social, seria uma opção *first best*. Contudo, na prática, não é dessa maneira que as decisões políticas são tomadas. Decisões políticas resultam da interação entre forças com interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos. Essa literatura discorre explicitamente acerca das decisões sobre taxação e redistribuição. Trata-se de um mecanis-

mo simplista, no qual as decisões a respeito são decididas apenas por um processo de votação. Dessa configuração resulta o “teorema do eleitor mediano”, o qual, de forma simples, postula que se as preferências por uma determinada variável (p. ex., uma taxa sobre a renda) variam monotonicamente ao longo da distribuição de renda (ou riqueza, ou consumo) e se cada pessoa tiver um peso igual na decisão política, então a preferência do eleitor que ocupa a mediana da distribuição relevante será a que prevalecerá no processo eleitoral (Ferreira, 1999, p. 9).

Com base nesse teorema, pode-se mostrar que se a política fiscal (representada por uma alíquota t) de um governo é redistributiva, então as preferências com respeito ao valor da alíquota decrescem monotonicamente com relação à renda. Nesse contexto, ao se medir a desigualdade como a distância entre a renda do eleitor mediano e a do eleitor médio, então, quanto maior for essa desigualdade, maior será o valor da alíquota t . Se, no entanto, houver uma perda de eficiência decorrente da taxa, ou mesmo um desincentivo a investir, essa maior alíquota, decorrente da maior desigualdade, leva a um menor crescimento econômico.

Bourguignon (2002) oferece uma versão estilizada dos modelos dessa literatura: em primeiro lugar, supõe-se que capital e renda por trabalhador e taxa de salário cresçam à mesma taxa g . Em seguida, define-se a renda de cada indivíduo como

$$y_i = w(1 - t) + T + (1 - t)rk_i, \quad (2)$$

onde $T = ty$, t é a alíquota e y representa a renda média. Por simplicidade, assume-se que a sociedade divide-se entre trabalhadores e capitalistas. Nesse caso, a renda de um trabalhador é

$$y_w = w(1 - t) + ty = w(1 - t) + t(w + rk) = w + trk. \quad (3)$$

Para os trabalhadores, uma alíquota alta é benéfica, pois recebem transferências resultantes da expropriação dos lucros dos capitalistas. Ainda que, dinamicamente, haja alguma perda, já que a taxa de salário cresce à mesma taxa que o capital médio, existe uma taxa positiva que é ótima para os trabalhadores (Bourguignon, 2002, p. 16). A renda de um capitalista, por sua vez, é

$$y_k = w(1 - t) + ty + (1 - t)rk_i = w + rk_i + tr(k - k_i). \quad (4)$$

Caso o capitalista i tenha uma riqueza acima da média (i.e., $k_i > k$), ele será contra qualquer tipo de redistribuição, em favor dos assalariados, sendo apenas a favor de subsídios para o capital.

Dessa breve estilização, pode-se inferir que a alíquota desejada decresce com o nível de capital. Ademais, aplicando o teorema do eleitor mediano, a redistribuição e, por conseqüência, a taxação aumentam na medida em que aumenta a diferença entre a riqueza média e a riqueza do eleitor mediano ($k - k_q$). Como uma maior taxação representa maiores desincentivos à inversão, tem-se que uma maior desigualdade leva a um menor crescimento econômico.

Não obstante a atratividade desse argumento decorrente da sua simplicidade, ele parece não encontrar suporte empírico para as suas conclusões, conforme aponta Perotti (1996). Desse modo, faz-se necessário buscar explicações alternativas para uma relação negativa entre desigualdade e crescimento decorrentes do processo político. Nesse sentido, Atkinson (1997, p. 316) propõe:

The median voter theorem is far from being “standard”. It seems to me important to see how far the findings depend on whether the outcome is governed by the preferences of the median voter, or by the ideology or preferences of political parties, or by political pressure from different interest groups (...).

Com base na reflexão acima, Campante e Ferreira (2002) pretendem incorporar na discussão dessa literatura dois aspectos. O primeiro refere-se à decisão sobre a composição dos gastos do governo como forma de redistribuição. Quanto ao segundo aspecto, não necessariamente a economia política da desigualdade deve depender apenas de processos de votação. Seguindo Atkinson (1997), pode-se utilizar a idéia de grupos de interesse que buscam, e possivelmente conseguem, influenciar as decisões governamentais. Por essa forma, é possível que, em uma sociedade desigual, um governo tenha políticas regressivas com relação à distribuição, em dissonância com o que prega a abordagem tradicional. Trata-se, pois, de um problema de agência aplicado à economia política.¹⁷ Há que se reconhecer que tal argumento parece mais razoável à luz da observação da realidade.

Alesina e Perotti (1996) pregam ainda uma outra via de impacto da desigualdade no crescimento econômico. Segundo esses autores, uma maior

desigualdade pode levar a uma maior instabilidade política, que, por seu turno, levaria a um nível ineficiente de investimentos. Para Rodrik (1997), o mecanismo que liga eficiência a desigualdade é um pouco distinto. Em decorrência de uma grande desigualdade, há um grande dispêndio de recursos que são voltados para *rent seeking*. Resumindo, para essa abordagem, desigualdade gera algum tipo de distúrbio social e, por conseqüência, reduz os incentivos à inversão, gerando um menor crescimento econômico.

4. CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO NA VISÃO KALECKIANA

O processo de distribuição da renda, para Kalecki, é um fenômeno de ordem microeconômica. Ainda assim, constitui-se num importante parâmetro para a determinação do nível de produto. Para o autor, esse segundo processo tem como elemento essencial o princípio da demanda efetiva, segundo o qual são os gastos que determinam a renda. Conforme aponta Kriesler (1996), Kalecki procurava formular seu modelo de modo que a distribuição da renda fosse independente do nível de produto e que a determinação dos lucros totais fossem independentes dos preços e da distribuição. Com base nisso, Kalecki (1977) rejeita a suposição ortodoxa de produto dado, visto que esta se baseia nas premissas de determinação do produto por uma função de produção baseada em capital e trabalho e de pleno emprego dos fatores de produção, que, em conjunto, implicam a determinação de um produto de pleno emprego.

Kalecki (1977) propõe então um modelo departamental baseado nas equações marxistas de reprodução para demonstrar que um aumento global de salários não implica uma redução dos lucros totais, como fazem crer o senso comum e a teoria ortodoxa. Para tanto, Kalecki (1977, p. 92) adota um modelo de três setores verticalmente integrados, que produzem respectivamente bens de investimento, DI, bens de consumo para os capitalistas, DII, e bens de consumo para os trabalhadores, DIII. Embora não sejam cruciais ao argumento, adotam-se ainda as hipóteses simplificadoras de abstração da poupança dos trabalhadores, e da ausência de governo e comércio externo. Conseqüentemente, a produção de cada setor, bem como a soma dos lucros e salários setoriais representam o produto e a renda gerados no país.¹⁸ Definindo P_1 , P_2 e P_3 como os lucros brutos de cada departamento e

W_1 , W_2 e W_3 como os respectivos salários, temos que P e W são os respectivos lucros totais e salários totais. O consumo dos capitalistas é representado por C_k , o consumo dos trabalhadores por C_w , o investimento bruto por I e a renda nacional bruta por Y .

Seguindo Kalecki (1977, p. 2-3), é fácil ver que os lucros do departamento produtor de bens de consumo para os trabalhadores são iguais ao que os trabalhadores dos demais setores recebem de salários, dada a hipótese de que os trabalhadores consomem tudo o que ganham: $P_3 = W_1 + W_2$. Somando P_1 e P_2 em ambos os lados, tem-se então que:

$$P_1 + P_2 + P_3 = P_1 + W_1 + P_2 + W_2, \quad (5)$$

o que significa que $P = I + C_k$. Ademais, dada a distribuição da renda nos três setores, representados respectivamente por:

$$w_1 = \frac{W_1}{I}; \quad w_2 = \frac{W_2}{C_k}; \quad w_3 = \frac{W_3}{C_w}, \quad (6)$$

o consumo dos trabalhadores pode ser representado por

$$C_w = \frac{w_1 I + w_2 C_k}{1 - w_3}. \quad (7)$$

Daí, depreende-se que

$$Y = I + C_k + C_w = I + C_k + \frac{w_1 I + w_2 C_k}{1 - w_3}. \quad (8)^{19}$$

Pode-se dizer, portanto, que:

O que foi dito acima esclarece o papel dos “fatores de distribuição”, isto é, os fatores que determinam a distribuição da renda (...) na teoria dos lucros. (...) Dessa forma, o consumo e o investimento dos capitalistas, em conjunto com os “fatores de distribuição”, determinam o consumo dos trabalhadores e, conseqüentemente, a produção e o emprego em escala nacional. (Kalecki, 1954, p. 37)

Com base no que foi apresentado, é possível demonstrar que um aumento real generalizado de salários não implica uma redução nos lucros globais. Para tal, vale realizar um pequeno exercício que comprova a pro-

posição acima: seja um aumento real de salários generalizado ΔW . Supondo que não decorra tempo suficiente para que os capitalistas mudem seus investimentos e consumo, como faz Kalecki (1977),²⁰ haverá uma perda de lucros nos departamentos I e II equivalente ao aumento dos salários ($\Delta W_1 = -\Delta P_1$; $\Delta W_2 = -\Delta P_2$). No entanto, visto que os salários são totalmente gastos em bens de consumo para trabalhadores, os lucros no departamento III vão aumentar na exata magnitude em que os lucros nos demais setores irão cair ($\Delta P_3 = \Delta W_1 + \Delta W_2$). Ou seja, um aumento real de salários não implica uma redução de lucros totais e, por conseguinte, gera um acréscimo nas despesas com bens de consumo para trabalhadores, o que leva a um aumento na renda nacional bruta. Em suma, segundo Kalecki (1942, p. 260):

However great the margin of profit on a unit of output, the capitalists cannot make more in total profits than they can consume and invest.

Voltando-se à relação entre distribuição de renda e nível do produto, é imprescindível que se faça uma análise dinâmica a fim de determinar os efeitos daquela sobre o crescimento econômico. Pode-se argumentar, por exemplo, que ao se assumir uma função do tipo acelerador para o investimento, haverá um efeito positivo sobre o investimento, uma vez que as produções em DI e DII mantiveram-se inalteradas e a produção em DIII cresceu. Daí, pelo princípio de demanda efetiva, decorrido o prazo suficiente, a variação sobre o lucro será positiva, estimulando ainda o consumo dos capitalistas, levando a economia a um período de crescimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA VISÃO CRÍTICA DAS ABORDAGENS NEOCLÁSSICAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO

Como foi visto ao longo dos itens anteriores deste artigo, há diferentes estratégias de abordagem do tema dentro da escola neoclássica, embora elas não sejam excludentes (cf. Bénabou, 1996). Não obstante busquem explicações bem diferentes para a existência de uma relação negativa entre desigualdade e crescimento, tanto a corrente que enfatiza o papel das imperfeições nos mercados de capitais quanto a que enfatiza os aspectos políticos da redistribuição possuem ao menos um importante ponto em comum, como se verá a seguir.

O suposto de mercados perfeitos e completos já não é mais, na teoria neoclássica, uma hipótese indispensável para seu raciocínio. Trata-se mais de uma referência, na qual, na sua existência, pode haver equilíbrio geral e, por conseqüência, eficiência de Pareto. No entanto, a segunda hipótese básica da teoria neoclássica do crescimento (nível de produto determinado por uma função de produção) em momento algum é descartada pelas distintas abordagens analisadas neste artigo. Neste sentido, pode-se dizer que nenhuma das abordagens neoclássicas supracitadas leva em consideração o princípio da demanda efetiva. Esse aspecto fica claro na passagem a seguir:

S'il s'agit simplement de transférer du pouvoir d'achat des entreprises et des capitalistes vers les salariés, (...) pourquoi cela permettrait-il d'augmenter la demande globale, sauf à supposer que les entreprises et les capitalistes ne dépenseraient leur pouvoir d'achat ni pour consommer ni pour investir? (Piketty, 2001, p. 114-115)²¹

Em suma, como os modelos neoclássicos assumem preços flexíveis (ao menos no longo prazo), não há espaço para efeitos de demanda sobre crescimento. Neste sentido, o argumento neoclássico é fundamentalmente diferente do argumento kaleckiano.

Não obstante as diferenças, é importante destacar que ambos não são incompatíveis: enquanto o argumento kaleckiano ressalta os efeitos via demanda, o argumento neoclássico enfoca os efeitos via oferta.

Por fim, vale destacar os efeitos da consideração do princípio da demanda efetiva sobre cada uma das abordagens (imperfeição no mercado de capitais e economia política) em separado. Nesta direção, primeiro será visto como fica a literatura de economia política da redistribuição nesse caso. Kalecki (1977, p. 63-70) procura mostrar como diferentes formas de tributação podem afetar a renda nacional. No caso de um imposto sobre a renda dos capitalistas, o autor admite que seja gerado um desincentivo ao investimento, como prega a teoria *mainstream*. Entretanto, ressalta Kalecki:

Seria prematuro concluir que *esse* é o resultado final. Deve-se considerar que no primeiro período do novo regime de tributação o lucro bruto aumenta pelo mesmo montante dos “novos impostos” totais. Assim, se os empresários esperam que os futuros retornos continuem a aumentar no mesmo montante, (...) isso seria suficiente para contrabalançar a influência depressiva do imposto de renda sobre a indução a investir. (Kalecki, 1977, p. 78, grifo do original)

Essa conclusão resulta do PDE, pois o aumento da tributação leva a um aumento dos gastos do governo e não encontra redução de gastos em contrapartida, uma vez que o autor assume uma certa inércia nos gastos capitalistas. Ele segue o raciocínio para os casos de tributação sobre mercadorias e sobre o capital e mostra que a renda real permanece estável ou se eleva, respectivamente. Assim, ao menos em uma determinada faixa de tributação, a validade dos resultados obtidos pela “abordagem do eleitor mediano” não parece válida, em virtude do PDE.

A conclusão principal da corrente de imperfeições nos mercados de capitais permanece, considerando-se o PDE, de certo modo válida. Ou seja, a idéia de que uma maior desigualdade leva a uma restrição de liquidez para alguns indivíduos, reduzindo assim as oportunidades de investimento, não é de modo algum incompatível com o PDE. Inclusive, essa noção já fora formulada pelo próprio Kalecki (1937): trata-se do “princípio do risco crescente”.²²

Considerando-se as abordagens recentes sobre desigualdade e crescimento, verificou-se que elas levam em consideração apenas os efeitos de uma melhoria na desigualdade na capacidade produtiva e, por consequência, no crescimento. Este artigo pretendeu, em última linha, chamar atenção para a possibilidade de complementar a literatura resenhada a partir da consideração de efeitos sobre o crescimento econômico via demanda.

NOTAS

1. De acordo com Arrow (1974, p. 269), “the final allocation will depend on the distribution of initial supplies and of ownership of firms”.
2. A respeito desse tópico, ver Sen (1999).
3. No seu modelo, Stiglitz (1969) assume trabalho homogêneo e, portanto, a única fonte de desigualdade na renda provém dos rendimentos do capital. Assim, se não há desigualdade de riqueza, a renda também não se distribui de forma desigual.
4. Na próxima seção deste artigo, essa hipótese será relaxada, assumindo-se mercados incompletos.
5. Ver a respeito em Atkinson e Bourguignon (2000).
6. Entenda-se economia política aqui como essa nova literatura, que, na verdade, aplica o instrumental econômico neoclássico à análise das decisões políticas.
7. No modelo tradicional de Solow (1956), são assumidas as hipóteses básicas da teoria do equilíbrio geral e, portanto, seu resultado final configura uma situação de eficiência de Pareto.

8. Em um contexto de equilíbrio geral, essa hipótese equivale ao pressuposto de um conjunto de produção não-nulo, convexo e compacto. Para que o conjunto tenha essas características, é necessária a presença de retornos constantes (ou decrescentes) de escala e aditividade de distintos processos de produção (Arrow, 1951).
9. Vale lembrar a essencialidade da hipótese de rendimentos decrescentes para a obtenção desse resultado.
10. Isto é, $\frac{\delta F(K, L)}{\delta L} = r$; $\frac{\delta F(K, L)}{\delta L} = w$.
11. Vale ressaltar que imperfeição no mercado de crédito não é a única forma de se tratar o assunto. Alguns trabalhos lidam com imperfeições no mercado de seguros, como Banerjee e Newman (1991).
12. Vale ressaltar que, a rigor, o argumento acima condiz melhor com uma relação entre pobreza e eficiência, se bem que a literatura trate o assunto como acima exposto.
13. A imperfeição no mercado de capitais pode ser gerada por diversos motivos: tomada de riscos por parte dos indivíduos, falta de esforço da oferta de trabalho e custos de transação.
14. Bertola (2000, p. 32) esclarece que esse argumento é mais realista para o caso de investimentos em educação.
15. Nesse aspecto, o artigo de Atkinson (1997), “Bringing income distribution in from the cold”, estabelece um marco.
16. Dentre os modelos mais importantes dessa abordagem, destacam-se os de Alesina e Rodrik (1994), Bertola (1993), Person e Tabellini (1994) e Bénabou (2000).
17. Outros artigos nessa linha são os de Barro (1973), Ferejohn (1986), Austen-Smith e Banks (1989), Esteban e Ray (2000) e Besley e Coate (2001).
18. Note-se que em seu modelo, Kalecki adota uma curva de oferta totalmente elástica, o que garante que toda demanda será atendida e, portanto, exclui qualquer possibilidade de dinâmica de curto prazo, tanto de preços quanto de estoques. Simonsen e Cysne (1989), inclusive, sustentam que tal hipótese constitui o “calcanhar-de-aquiles” da teoria kaleckiana.
20. Vale destacar a essencialidade dessa hipótese para os resultados do modelo de Kalecki.
21. “Se se trata simplesmente de transferir poder de compra das empresas e dos capitalistas para os assalariados, (...) por que isso permitiria um aumento da demanda global, salvo ao supor-se que as empresas e capitalistas não despendem seu poder de compra nem para consumir nem para investir?”
22. Ainda com relação aos efeitos de uma redistribuição sobre a demanda, Murphy *et al.* (1989) argumentam que, onde haja uma forte desigualdade, a industrialização pode ser retardada em função de não haver mercados suficientes para a sua viabilização. Dessa forma, uma redistribuição levaria não só ao crescimento, mas a uma mudança estrutural, transformando uma economia baseada na agricultura em outra baseada na indústria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGHION, P., BOLTON, P. (1997) "A theory of trickle-down growth and development". *Review of Economic Studies*, v. 64, p. 151-172.
- ALESINA, A. F., RODRIK, D. (1994) "Distributive politics and economic growth". *The Quarterly Journal of Economics*, v. CIX, n. 2, p. 465-490.
- , PEROTTI, R. (1996) "Income distribution, political instability and investment". *European Economic Review*, 40(6), p. 1203-1228.
- ARROW, K. (1951) "An extension of the basic theorems of classical welfare economics". *Proceedings of the Second Berkeley Symposium on Mathematical Statistics and Probability*, p. 507-532.
- (1974) "General economic equilibrium: purpose, analytic techniques, collective choice". *American Economic Review*, p. 253-272.
- ATKINSON, A. B. (1997) "Bringing income distribution in from the cold". *Economic Journal*, v. 107, p. 297-321.
- , BOURGUIGNON, F. (2000) "Introduction: income distribution and economics". In: A. B. Atkinson e F. Bourguignon (eds.), *Handbook of Income Distribution*, v. 1. Amsterdam: North Holland.
- AUSTEN-SMITH, D., BANKS, J. (1989) "Electoral accountability and incumbency". In: E. Ordeshook (ed.), *Models of Strategic Choice in Politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- BANERJEE, A. V., NEWMAN, A. F. (1991) "Risk bearing and the theory of income distribution". *Review of Economic Studies*, v. 58, p. 211-235.
- (1993) "Occupational choice and the process of development". *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 2, p. 274-298.
- BARRO, R. (1973) "The control of politicians: an economic model". *Public Choice*, 14, 19-42.
- BÉNABOU, R. (1996) "Inequality and growth". In: B. S. Bernanke e J. J. Rotemberg (eds.), *NBER Macro Annual*, v. 11. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- (2000) "Unequal societies: income distribution and the social contract". *American Economic Review*, v. 90, n. 1, p. 96-129.
- BERTOLA, G. (1993) "Factor shares and savings in endogenous growth". *American Economic Review*, v. 83, n. 5, p. 1184-1198.
- (2000) "Macroeconomics of distribution and growth". In: A. B. Atkinson e F. Bourguignon (eds.), *Handbook of Income Distribution*, v. 1. Amsterdam: North Holland.
- BESLEY, T., COATE, S. (2001) "Lobbying, and Welfare in a Representative Democracy". *Review of Economic Studies*, v. 68, p. 67-82.
- BOURGUIGNON, F. (2002) "Theoretical relationships between economic growth and distribution". www.delta.ens.fr/bourguignon/buenosaires_cfa_c2.pdf.
- CAMPANTE, F., FERREIRA, F. (2004) "Inefficient Lobbying, Populism and Oligarchy". *World Bank Working Papers*, WP 3240.

- ESTEBAN, J., RAY, D. (2000) "Wealth Constraints, Lobbying and the Efficiency of Public Allocation". *European Economic Review*, v. 44, n. 4-6, p. 694-705.
- FEREJOHN, J. (1986) "Incumbent performance and electoral control". *Public Choice*, 50, 1-3, 5-25.
- FERREIRA, F. (1999) "Inequality and Economic Performance: a brief overview to theories of growth and distribution". www.worldbank.org/poverty/inequal/index.htm.
- GALOR, O., ZEIRA, J. (1993) "Income distribution and macroeconomics". *Review of Economic Studies*, v. 60, n. 1, p. 35-52.
- HARROD, R. (1939) "An essay in dynamic theory". *Economic Journal*.
- KALECKI, M. (1937) "The principle of increasing risk". *Economica*, IV(16).
- (1997) *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec.
- KRIESLER, P. (1996) "Microfoundations: a Kaleckian perspective". In: J. King (ed.), *An Alternative Macroeconomic Theory: the Kaleckian model and Post-Keynesian Economics*. Boston: Kluwer, p. 55-72.
- MURPHY, K. M., SHLEIFER, A., VISHNY, R. (1989) "Income distribution, market size and industrialization". *Quarterly Journal of Economics*, 104, p. 537-564.
- PEROTTI, R. (1996) "Growth, income distribution and democracy: what the data say". *Journal of Economic Growth*, v. 1, p. 149-187.
- PERSSON, T., TABELLINI, G. (1994) "Is inequality harmful for growth? Theory and evidence". *American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 600-621.
- PIKETTY, T. (1997) "The dynamics of the wealth distribution and the interest rate with credit rationing". *Review of Economic Studies*, v. 64, p. 173-189.
- (2001) *L'Économie des Inégalités*. 3. ed. Paris: Editions La Découverte (Collection Repères).
- RODRIK, D. (1997) "Where did all the growth go?: external shocks, social conflict and growth collapses" (mimeo). Kennedy School, Harvard University.
- SEN, A. (1999) *Sobre ética e economia*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras.
- SIMONSEN, M. H., CYSNE, R. P. (1989) *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- SOLOW, R. (1956) "A contribution to the theory of economic growth". *Quarterly Journal of Economics*, 70, p. 65-94.
- STIGLITZ, J. E. (1969) "Distribution of income and wealth among individuals". *Econometrica*, v. 37, p. 382-397.